

5

O tempo e o espaço na primeira antinomia

5.1.A dialética transcendental

Na tradição filosófica encontramos diferentes concepções de *dialética*, mas, o sentido empregado por Kant se aproxima da definição de uma *ciência* ou de uma *arte* e tem papel fundamental na filosofia crítica. A antinomia da razão é um raciocínio dialético, como demonstrado por Kant na *Crítica da razão pura*, e aponta para os limites do conhecimento humano. Esta fronteira demarcada pelas antinomias indica a necessidade da perspectiva transcendental de uma filosofia crítica. Kant em sua concepção de dialética tem nesta medida forte influência aristotélica, o que é ressaltado por Caygill:

Aristóteles (...) distinguiu claramente nos Tópicos entre raciocínio demonstrativo (científico) e dialético, com o primeiro desenvolvendo-se a partir das premissas que são “verdadeiras e primárias”, e o segundo a partir “de opiniões que são geralmente aceitas”. (Aristóteles, 1941, 100a, 28-30). Nos Segundos analíticos, a dialética é equiparada “em princípio” à retórica, à medida que usa o raciocínio silogístico e indutivo a partir de premissas aceitas por um determinado público para persuadir e convencer. Para Aristóteles, é, de fato, nas palavras de Kant, uma lógica da ilusão. (CAYGILL, 2000: *Dicionário Kant*, p. 99).

Entretanto, no sentido kantiano, as ilusões geradas com as antinomias não podem ser entendidas como simples sofismas, ou mesmo, como desatenções na aplicação lógica do raciocínio. Na *Crítica da razão pura* e na *Crítica da razão prática* as antinomias são descritas como decorrentes da própria estrutura legislativa que comanda a atividade da razão na sua busca pela unidade absoluta de seus princípios. A ilusão inevitável em que cai a razão só pode ser superada pela filosofia ao se lançar luz sobre as máximas da razão que são tomadas como princípios objetivos. Na *Crítica do juízo* as antinomias envolvem os juízos

estéticos e os juízos teleológicos e tem sua origem na busca do Juízo por princípios fundamentais².

No *Prolegômenos* Kant descreve a antinomia como a tentativa de revelar uma inexatidão oculta nas pressuposições da razão (§52b). A inexatidão a que Kant se refere é o que ocorre quando tomamos os fenômenos pelas coisas em si mesmas, e estendemos os princípios de ligação do mundo sensível como universalmente válidos para as coisas nelas mesmas. Como conseqüência a razão abre a possibilidade de fundar afirmações contrárias em princípios igualmente válidos, isto é, universalmente aceitos. A dialética transcendental não obstante gerar uma ilusão permite a verificação de um procedimento inapropriado da razão e não nos deixa no caminho da incerteza, ao contrário, indica a direção que devemos adotar na filosofia crítica³:

Duas proposições que se contradizem não podem ser ambas falsas, a não ser que o conceito, que lhes serve de fundamento, seja ele mesmo contraditório; por exemplo, as duas proposições: um círculo quadrado é redondo, e um círculo quadrado não é redondo, são ambas falsas. Pois no que se refere à primeira, é falso que o círculo em questão seja redondo, porque ele é quadrado; mas também é falso que não seja redondo, isto é, que seja quadrado, porque é um círculo. Pois nisto consiste precisamente a característica lógica da impossibilidade de um conceito, ou seja, que duas preposições que se contradizem sejam ao mesmo tempo falsas sobre a mesma pressuposição, por conseguinte, não sendo possível pensar entre elas uma terceira, nada pode ser pensado por intermédio daquele conceito. (KANT, 1974: *Prolegômenos*; § 52b, p. 163)

A aparência transcendental se distingue da aparência empírica, pois na última o entendimento no uso empírico de suas regras, quer dizer, a faculdade de julgar é desviada pela influência da imaginação, como por exemplo no caso das ilusões óticas. A aparência transcendental, de outro modo, influi sobre princípios cujo uso não deve ser aplicado nunca à experiência. Kant denomina tais princípios de *transcendentes*, na medida em que transpõem os limites da experiência possível, e, em contrapartida, são chamados princípios *imanes* aqueles cuja aplicação se encontra totalmente dentro de tais limites. Entretanto não se deve

2 É interessante notar a diferença na importância dada por Kant às antinomias nas duas primeiras críticas e na Crítica do Juízo. Na última o papel desempenhado pelas antinomias, ou melhor, a sua solução parece não ser tão representativa para o empreendimento crítico quanto fora antes, contudo a estrutura antinômica se estende por toda a Dialética.

3 Kant considera a descoberta das antinomias junto com a leitura de Hume como fatores fundamentais para o seu “despertar do sonho dogmático”.

confundir, alerta-nos Kant, princípios *transcendentes* com os princípios *transcendentais*; pois, o uso transcendental das categorias puras do entendimento, que na verdade não é uso algum mas um simples erro da faculdade de julgar — que não atenta para os limites e para a verdadeira extensão do campo de atuação do entendimento puro, isto é, o uso empírico das categorias —, não é o mesmo a que nos impele os princípios transcendentais, que parecem impor a transposição ou mesmo a supressão dos limites da experiência.

A aparência transcendental deve ainda ser diferenciada da aparência lógica, haja vista, esta pode ser evitada, mas aquela, mesmo tendo sua origem revelada não cessa nunca de produzir seus efeitos. A aparência lógica, que consiste na simples imitação da forma da razão, pode ser evitada porque decorre da falta de atenção à regra lógica. De modo que, sempre que a regra é seguida rigorosamente não se incorre em erro. Mas, em relação à aparência transcendental, mesmo depois de ter sido descoberto o fundamento de sua ilusão pela crítica transcendental, não podemos nos considerar livres, e neste sentido, escreve Kant na *Crítica da razão pura*:

E isto, porque na nossa razão (considerada subjetivamente como uma faculdade humana de conhecimento) há regras fundamentais e máximas relativas ao seu uso, que possuem por completo o aspecto de princípios objetivos, pelo que sucede a necessidade subjetiva de uma certa ligação de nossos conceitos, em favor do entendimento, passar por uma necessidade objetiva da determinação das coisas em si. Ilusão esta que é inevitável, assim como não podemos evitar que o mar nos pareça mais alto ao longe do que junto à costa, porque, no primeiro caso, o vemos por meio de raios mais elevados; ou ainda, como o próprio astrônomo não pode evitar que a lua, ao nascer, lhe pareça maior, embora não se deixe enganar por esta aparência. (KANT, 1997: *Crítica da razão pura*; A297/B354, p. 297).

Kant escreve a “Dialética Transcendental” com intuito de revelar a aparência de juízos transcendentais, e para que o erro decorrente da *ilusão* por ela gerada possa sempre ser corrigido, mas não previamente evitado. Em outras palavras, a ilusão da aparência transcendental é inevitável porque é uma ilusão natural assente em princípios subjetivos confundidos com princípios objetivos, e constitui uma dialética que está inseparavelmente ligada à razão humana. Assim, Kant pretende ao final deste empreendimento ter caracterizado a extensão

transcendente dos conceitos de experiência e a dialética que deles decorre necessariamente.

O veremos neste capítulo, portanto, é a estrutura dialética presente no conflito das idéias cosmológicas e a importância da solução da antinomia da razão pura para o idealismo transcendental. Isto a partir do exame da primeira antinomia matemática e da coerência e pertinência da argumentação kantiana em vista de seu sistema crítico. Seguiremos este percurso em três etapas, respectivamente, a análise do significado da antitética da razão pura, e, em seguida, a primeira antinomia conforme apresentada na *Crítica*, e, por último, uma análise sobre a relação da antinomia em questão com o idealismo transcendental.

5.1.1.

A antitética da razão pura

A definição de Kant para a antitética da razão pura é o conflito entre juízos dogmáticos segundo a aparência. (A421/B448). A antinomia nasce da oposição entre dois juízos deste tipo na medida em que a razão não consegue decidir qual tem mais direito a ser aceito como verdadeiro. A antitética transcendental é pois a apresentação das teses e antíteses da razão pura na forma de antinomias. Na *Crítica da razão pura* a antitética transcendental tem o objetivo de investigar as antinomias da razão pura para descobrir sua origem e apontar a sua solução. A antinomia revela dois aspectos fundamentais sobre a razão, primeiro que ela em seu progresso natural deve necessariamente encontrar uma dificuldade, que não decorre de seu uso impreciso ou equivocado, mas que é fruto de sua própria natureza. Segundo, porquanto a antinomia está intimamente ligada ao princípio fundamental da razão e assim à sua legislação, ela — a razão — não pode escapar da ilusão gerada por este conflito, e isto mesmo depois de ter percebido o seu caráter ilusório.

O conflito entre os conhecimentos gerais da razão é inevitável uma vez que não tem origem em asserções unilaterais contraditórias em si mesmas — o que seria absurdo posto que caso a razão adotasse tal asserção seria ela própria contraditória. Mas o que leva a razão à dialética é o surgimento de teoremas sofisticados que não encontram na experiência confirmação e nem negação, e que

não podem conviver em harmonia, isto é, sendo um adotado como tese pela razão o outro tem de ser abandonado. Tais teoremas são problemas fundamentais com que a razão se depara na sua busca por unidade absoluta e que encontram, ambos, condições suficientes na natureza para atestar a sua necessidade.

A razão provoca este conflito porque procura por uma unidade de seus princípios que ultrapassa os limites da experiência, e, ao mesmo tempo em que ultrapassa o domínio do entendimento tem, de todo modo, que estar conforme às suas condições. Em outras palavras, se a unidade alcançada pela razão é adequada às suas exigências ela ultrapassa os limites do entendimento, mas se ela se limita ao domínio do entendimento então não alcança a unidade exigida pelos princípios dela. Norman Kemp Smith apresenta uma análise valiosa sobre as antinomias:

A tese expressa o unidade maior que a Razão busca; a antítese são os juízos em que o entendimento está confinado pela natureza das aparências com os quais tanto ele quanto a Razão admitem lidar. Se nos ativermos à Razão, nós faremos asserções em contradição com as aparências, enquanto que se depositarmos confiança no entendimento a Razão condena nossas conclusões. (SMITH, 1992: *Commentary to Kant's 'Critique of pure reason'*; p. 481).

A dialética da razão pura se refere à unidade da razão nas idéias e não ao entendimento nos conceitos da experiência, mas tem de concordar também primeiramente com o entendimento, visto corresponder à tentativa de completar a serie absoluta pela síntese operada segundo regras. As quatro antinomias da razão correspondem, nesta medida, às sínteses das séries propostas nos quatro títulos das categorias⁴ do entendimento puro. Neste sentido que Kant afirma que o conflito entre os conhecimentos gerais da razão não pode ser suprimido, pois a razão procurará sempre chegar à unidade absoluta da síntese, o que ultrapassará o alcance do entendimento, ao mesmo tempo em que nunca será satisfeita se permanecer dentro dos limites da experiência possível. (A422/B450)

Tendo em vista que nesta disputa de teoremas *sofísticos* — segundo as palavras de Kant — não há um possível vencedor, haja vista, a experiência não fornecer qualquer auxílio na confirmação ou na refutação de nenhum dos lados, o método mais apropriado para levar a cabo esta contenda é o *cético*. Kant se preocupa em apontar a diferença entre o método cético e o ceticismo, pois, pelo

4 Quantidade, Qualidade, Relação e Modalidade.

último o que se propõe é instituir a incerteza como indissolúvel. O que o método cético procura, no entanto, é alcançar a certeza, e quando empregado no embate entre a tese e a antítese tem o poder de lançar luz sobre o abismo com que nos deparamos ao tentar estender o conhecimento para além dos domínios de nossos poderes. O método cético não deve ser tomado como regra para a investigação segura em qualquer outra disciplina do conhecimento, mas é útil ou mesmo indispensável à filosofia transcendental:

(...) as afirmações transcendentais, que presumem de conhecimentos para além do campo da experiência possível, não estão no caso de sua síntese abstrata poder ser dada numa intuição a priori, nem são de tal espécie que um mal-entendido possa ser descoberto em qualquer experiência. A razão transcendental não nos favorece, pois, outra pedra de toque, que não seja a tentativa de unir as suas afirmações entra si e, por conseguinte, antes de mais, a livre e desimpedida competição entre elas. (KANT, 1997: *Crítica da razão pura*, A425/B453; p.391)

A respeito do método utilizado por Kant nas antinomias, Smith aponta para a importância de ter claro, antes de entrar no conteúdo da dialética, o caráter dos pressupostos sobre os quais são erguidos os argumentos em defesa da tese e da antítese. De acordo com Smith, as antíteses são tratadas de modo inadequado como transcendentais à experiência, seguindo provas não empíricas, *a priori*, e desta forma são afastadas da possibilidade de serem confirmadas pela experiência. A perspectiva de Smith é que as antíteses poderiam ser mais bem apresentadas segundo a análise das condições espaciais e temporais da existência material, e não nos termos do racionalismo dogmático de Leibniz em referência constante a princípios abstratos. (Cf. Smith, 1992: p.481). Porquanto, o que nos aproximaria mais da perspectiva em que o mundo material teria de ser ilimitado, infinitamente divisível e sem um estado originário seria a consideração do tempo e do espaço enquanto contínuos e homogêneos. Pois, segundo esta consideração, qualquer espaço sendo constituído por espaços teria de ser entendido como pertencente a um espaço a que tudo engloba. E, do mesmo modo, sendo qualquer tempo constituído por partes que são elas mesmas tempo, as últimas só poderiam ser percebidas como se sucedendo no tempo. Ainda, o que valeria para uma parte mínima do tempo e do espaço teria igualmente de valer para outra parte máxima do tempo e do espaço.

O que Smith procura demonstrar é que Kant não está preocupado em estabelecer bases comuns para a tese e para antítese e, além disso, que a argumentação desenvolvida é inadequada as posições que cada uma deveria defender, o que poderia ter ocorrido em decorrência do ponto de vista adotado por Kant em sua *Dissertação* inaugural⁵:

Em primeiro lugar, esta doutrina da antinomia já havia sido formulada, em muitas de suas principais características, antes deste desenvolvimento da filosofia crítica. Ela forma parte da *Dissertação* 1770; e, à época, Kant ainda era amplamente simpático em fundamento à ontologia leibniziana. Em segundo lugar, Kant está aqui procurando criticar a ciência da cosmologia racional, e está, portanto, limitado a explicá-la em uma maneira mais ou menos corrente. E, em terceiro lugar, ele ensina *que as antinomias existem enquanto antinomias apenas quando em vista da falsa perspectiva do racionalismo dogmático*. Tivesse ele eliminado as provas racionalistas, o conflito das antinomias, em sua forma estritamente lógica, como o conflito de contraditórios diretos, teriam imediatamente desaparecido. (SMITH, 1992: *Commentary to Kant's 'Critique of pure reason'*; p. 482-483).

A dialética de Kant pressupõe a estrutura das antinomias exigir uma base comum para o desenvolvimento dos argumentos em favor da tese e da antítese, e deve seguir, nesta medida, a própria legislação da razão na formulação de idéias conformes a ela. O conflito nascido entre as idéias cosmológicas não poderia encontrar solução visto que nenhuma se sagraria vencedora deste embate, e a limitação das abordagens tradicionais, tanto realista transcendental quando idealista material, estaria irremediavelmente atestada. Mas, as provas alcançadas por Kant podem ser inconclusivas, ou melhor, podem não servir ao propósito esperado. O que veremos mais detalhadamente a respeito da primeira antinomia nos itens seguintes.

⁵ Esta análise foi posteriormente reforçada por Paul Guyer no seu livro *Kant and the claims of knowledge* como veremos mais adiante.

5.2. Kant e a primeira antinomia

5.2.1. A tese

O primeiro conflito das idéias transcendentais ou a primeira entre as antinomias matemática (como serão tratadas por Kant mais adiante na *Crítica* e no *Prolegômenos*)⁶, envolve o mundo e seu limite no tempo e no espaço. Na *Crítica da razão pura* a tese é apresentada nestes termos: “O mundo tem um começo no tempo e é também limitado no espaço” (A426/B454). A prova que se segue a esta afirmação toma como ponto de partida a possibilidade de se pensar o oposto, quer dizer, procura demonstrar o absurdo de tentar estabelecer a proposição contrária como verdadeira. Sigamos então os argumentos da tese do modo como foram expostos por Kant.

O primeiro ponto a ser demonstrado é o mundo ter necessariamente um começo como condição de sua existência, o que Kant propõe que alcancemos analisando a hipótese contrária, isto é, do mundo não ter um começo no tempo. Posto que sem um começo no tempo seja forçoso pressupor que até um instante qualquer há passado uma eternidade; e, como uma eternidade deve ser entendida como infinita, tendo em vista que a definição de uma séria infinita deve ser pensada como aquela que não pode ser terminada por síntese sucessiva, então seria impossível se chegar a um *instante* qualquer. Logo não poderia existir o mundo sem um começo no tempo:

O verdadeiro conceito (transcendental) da infinitude é que a síntese sucessiva da unidade na mensuração de um quantum não pode ser nunca exaustivamente acabada. De onde se segue, muito seguramente, que não pode ter decorrido uma eternidade de estados reais, que se sucedem uns aos outros até um instante dado (o presente) e o mundo tem pois de ter um começo. (KANT, 1997: *Crítica da razão pura*; A432/B460, p. 396)

⁶ A diferença entre a abordagem kantiana na *Crítica da razão pura* e nos *Prolegômenos* é bem evidente não apenas pela divisão e disposição do texto, mas, sobretudo pelo modo como desenvolve sua argumentação. Na *Crítica* Kant se preocupa em definir claramente as posições defendidas na tese e na antítese relacionando-as com pontos de vista tradicionais da história da filosofia. O embate entre estas correntes ganha destaque e o conflito gerado parece ser o tema central a ser explorado nesta seção da *Crítica*. No *Prolegômenos* Kant não está tão interessado em descrever detalhadamente os argumentos de cada lado dessa disputa, e sim em apontar o motivo da discórdia e sua solução crítica. Na *Crítica* a solução das idéias cosmológicas é detalhadamente exposta da terceira à nona seção (especialmente a partir da sexta seção) da Antinomia da razão pura.

O segundo ponto é demonstrar a necessidade do mundo ter um limite no espaço, para o qual Kant utiliza o mesmo procedimento de tomar como hipótese o ponto de vista contrário. Segue-se assim a possibilidade de pensarmos o mundo como infinito no espaço, ou melhor, como um “todo infinito dado de coisas, que existem simultaneamente no espaço” (A426/454). Nesta argumentação Kant aceita como pressuposto a possibilidade de intuir um *quantum* indeterminado, isto é, que não se encontra dentro de limites, **somente** pela síntese sucessiva de suas partes. A totalidade de um *quantum* indeterminado só seria alcançada, nesta medida, pela síntese completa de suas partes ou pela adição repetida da unidade a si mesma (A428/B456). O mundo que preenchesse todos os espaços, quer dizer, um mundo infinito, só poderia ser assim considerado segundo a completa síntese sucessiva de suas partes, que é o mesmo que dizer que esta síntese não pode ser completada. Apesar de um mundo ilimitado quanto ao espaço não ter como condição um tempo infinito, para ser pensado como se estendendo ao infinito o mundo dependeria do término da síntese sucessiva de suas partes, o que seria impossível como foi visto.

(...) No que se refere à segunda parte da tese, desaparece a dificuldade de uma série infinita e, não obstante, decorrida porque o diverso [múltiplo] de um mundo infinito em extensão é dado simultaneamente. Mas, para pensar a totalidade desta quantidade, visto não podermos invocar limites que constituam por si mesmos a totalidade na intuição, temos que justificar o nosso conceito que, neste caso, não pode partir do todo para a quantidade determinada de partes, antes deverá revelar a possibilidade de um todo pela a síntese sucessiva das partes. Como esta síntese nunca poderia constituir uma série completa, é impossível antes dela e nem por conseguinte, também por meio dela, pensar uma totalidade. Com efeito, o conceito de totalidade é, neste caso, a representação de uma síntese completamente acabada das partes e este acabamento é impossível e, portanto também o seu conceito. (KANT, 1997: *Critica da razão pura*; A432/B460, p. 396-8)

Na observação sobre a tese Kant reitera o caráter natural e inevitável da ilusão em que cai a razão e distingue o propósito de seu método cético:

Nestes argumentos que se opõem uns aos outros, não procurei efeitos ilusórios nem me servi (como se costuma dizer) de um desses estratégias de advogados que aproveita a seu favor o deslize do adversário e aceita como válida a errônea interpretação que este dá de uma lei. Cada um destes argumentos é extraído da natureza das coisas e

deixa de lado o benefício que poderiam nos proporcionar os paralogismos dos dogmáticos de ambos os lados”. (KANT, 1997: *Crítica da razão pura*; A430/B458, p. 394)

5.2.2. A antítese

Na antítese Kant segue o mesmo método da tese, isto é, não procura demonstrar diretamente o que por ela é afirmado, mas examina a pertinência de defender a proposição contrária. O intuito deste procedimento é evidenciar a impossibilidade da tese ser aceita como verdadeira. A antítese é assim enunciada: “O mundo não tem nem começo nem limites no espaço; é infinito tanto no tempo como no espaço”. (A427/B455).

O primeiro ponto a ser provado é, pois, que o mundo não tem um começo no tempo. Neste sentido, de acordo com Kant, se tivéssemos de aceitar a assertiva contrária, de que o mundo tem um começo, deveríamos então pressupor que antes de tal começo haveria um tempo vazio ou não existente. Mas, em um tempo não existente não seria possível *surgir* nada, ou melhor, não seria possível distinguir entre a existência e a inexistência e não haveria nada que fizesse a primeira prevalecer sobre a segunda. Do que se segue o mundo não poder ter um começo no tempo, e, por conseguinte ser infinito em relação ao tempo passado. (A427/B455).

O segundo ponto é provar que o espaço é infinito em extensão. Partindo da hipótese oposta, do mundo ser finito e limitado quanto ao espaço, se teria de admitir, de acordo com Kant, um espaço vazio e ilimitado que serviria de limite para o mundo. Mas como o mundo deve ser um todo absoluto fora do qual não há qualquer **objeto** que possa ser intuído, nem mesmo um correlato do mundo com o qual possa haver alguma relação, então o mundo estaria em relação com nada, ou melhor, não haveria relação entre o mundo e o espaço vazio. Logo o mundo seria ilimitado.

Na observação sobre a antítese, curiosamente, Kant desenvolve uma argumentação que parece aludir ao idealismo transcendental, o que abre margem para aqueles que apontam uma aparente falta de rigor lógico na primeira antinomia, pois, não poderia estar o idealismo transcendental tanto nos

fundamentos quanto na conclusão da prova, mesmo que indireta, de sua necessidade, o que veremos um pouco mais detalhadamente parte final deste estudo. O trecho que desperta esta discórdia é a seguir reproduzido:

O espaço é somente a forma da intuição externa, não um objeto real que possa ser intuído exteriormente, e não é um correlato dos fenômenos, mas a forma dos próprios fenômenos. Por isso o espaço não pode, em absoluto (por si só) preceder [apresentar-se] como algo determinante na existência das coisas, porquanto não é um objeto, mas apenas a forma de objetos possíveis. As coisas, pois, enquanto fenômenos, determinam sem dúvida o espaço, isto é, de entre vários predicados possíveis do espaço (grandeza e relação) fazem com estes ou aqueles pertençam à realidade; mas reciprocamente [por sua vez], o espaço, enquanto algo que subsiste por si, não pode determinar a realidade das coisas em relação à grandeza e à figura, porque não é real em si. Assim, um espaço (quer pleno quer vazio) pode ser limitado por fenômenos, mas os fenômenos não podem ser limitados por um espaço vazio exterior a eles. Isto mesmo vale em relação ao tempo. Admitindo tudo isto é, porém, incontestável que se teria inegavelmente que admitir estes dois não-seres, o espaço vazio fora do mundo e o tempo vazio antes do mundo, desde que se admita um limite no mundo quer seja quanto ao espaço quer quanto ao tempo. (KANT, 1997: *Crítica da razão pura*; A433/B461, p.397)

Kant descarta logo em seguida a validade de se argumentar que o mundo sensível poderia ser limitado, mas que esse limite não haveria de ser um espaço e tempo vazios, pois muito bem poderia ser o mundo inteligível e uma existência que não pressupõe qualquer outra condição. (A433/B461). De acordo com Kant, a antítese se refere ao mundo sensível e não é possível abstrair das condições da sensibilidade sem suprimir o próprio mundo fenomênico. E mais, não é possível formular qualquer juízo de conhecimento sobre o mundo inteligível.

5.3. A solução da primeira antinomia

A origem de toda antinomia da razão pura, de acordo com Kant, assenta no argumento dialético a partir do qual se pressupõe que para todo condicionado dado, é dada também toda a série de suas condições. Como todos os objetos dos sentidos são dados como condicionados ao homem, nos é natural esperar encontrar a condição destes objetos. Em outras palavras, quando o condicionado é dado é proposto à razão como tarefa encontrar a condição deste condicionado, e

assim percorrer regressivamente a série total das suas condições a fim de determinar todos os elementos desta série. A razão portanto segue um postulado lógico “que consiste em acompanhar com o entendimento, essa ligação de um conceito com as suas condições e prosseguir-la até onde seja possível, ligação que já é inerente ao próprio conceito”. (A498/B526).

A chave para a solução das antinomias é o idealismo transcendental, na medida em que estabelece a necessária separação entre coisa em si e objetos sensíveis⁷. Uma vez posto que os fenômenos sejam na *apreensão* uma síntese empírica, somente possível segundo o espaço e o tempo, e dados apenas nesta síntese, não se segue daí que também seja dada concomitantemente ou mesmo pressuposta a síntese que constitui a sua condição empírica. Quer dizer, conjuntamente com o fenômeno não é dada também a síntese que constitui sua condição empírica, pois esta só se verifica na regressão às condições, o que é apenas algo proposto como tarefa.

O conflito entre as idéias cosmológicas se deve então ao raciocínio em que a razão toma como premissa maior o condicionado no sentido transcendental de categoria pura, enquanto a premissa menor o considera como um conceito empírico do entendimento em referência aos objetos dos sentidos, o que configura um erro dialético (*Sophisma figurae dictionis*)⁸. A razão na premissa maior segue a exigência de seu postulado lógico, e, do condicionado dado pressupõe a série completa de suas condições como dada *simultaneamente*, ou melhor, não encontra na ligação entre a condição e o condicionado nenhuma ordem de tempo. Em relação à premissa menor, no entanto, seja considerando os fenômenos como coisas em si mesmas, ou mesmo, considerando-os como objetos dados ao simples entendimento, isto é, abstraídos das condições da intuição, é possível identificar uma diferença importante entre o seu conceito e o conceito da premissa maior:

7 No *Prolegomenos* Kant em poucas palavras atesta a necessária separação entre mundo sensível e mundo inteligível para a solução da antinomia da razão: “Se questiono sobre a grandeza do mundo no espaço e no tempo, é impossível para todos os meus conceitos afirmarem que ele é infinito ou finito. Pois nenhum dos dois pode estar contido na experiência, porque a experiência de um espaço infinito não é possível, nem de um tempo de curso finito, nem a limitação do mundo por um espaço vazio; isto são apenas idéias. Portanto, a grandeza do mundo, determinada de um modo ou de outro, deveria estar em si mesma separada de toda a experiência. Mas isto contradiz o conceito de um mundo sensível, que é um simples complexo de fenômenos, cuja existência e conexão acontecem apenas na representação, a saber, na experiência, pois não é uma coisa em si, mas apenas maneira de representar. Daqui se conclui que, sendo o conceito de um mundo sensível existente por si e contraditório em si, a solução do problema, pela sua grandeza, será sempre falsa, quer tente esta solução afirmativa ou negativamente”. (KANT, 1974: Prolegômenos, § 52c; p.164).

8 Cf. Kant, A500/B528

A síntese do condicionado e da condição e toda a série das condições (na premissa maior) não implica qualquer limitação pelo tempo nem qualquer conceito de sucessão. Em contrapartida, síntese empírica e a série das condições no fenômeno (subsumida na premissa menor) são necessariamente sucessivas e só dadas no tempo uma após a outra. Por conseguinte, não posso pressupor, nem no segundo caso nem no primeiro, a totalidade absoluta da síntese e da série que ela representa; porque no primeiro, todos os termos da série são dados em si (sem condição de tempo), mas aqui são unicamente possíveis pela regressão sucessiva, que só é dada na medida em que realmente se efetua”. (KANT, 1997: *Crítica da razão pura*; A501/B529, p. 443)

O princípio regulador da razão relativamente a todas as idéias cosmológicas **não** tem valor como princípio constitutivo dos fenômenos em si, mas isto não exclui a possibilidade dele servir como regra da progressão e da grandeza de uma experiência possível. Segundo Kant, o fundamento de tal princípio tem de ser, nesta medida, a proposição “Na regressão empírica não é possível encontrar-se nenhuma *experiência de um limite absoluto* e, por conseguinte, nenhuma experiência qualquer de condição que, como tal, seja do *ponto de vista empírico, absolutamente incondicionada*”. (A517/B545). A regra contida nesta proposição é que na progressão empírica há sempre que se procurar um termo mais elevado da série. Kant argumenta que para superarmos então o primeiro problema cosmológico, isto é, a primeira antinomia, basta-nos decifrar se a regressão para a grandeza incondicionada do universo é uma regressão ao infinito ou apenas indefinidamente continuada. (A518/546)

A representação geral da série de todas as coisas que se encontram simultaneamente no espaço do mundo, assim como a de todos os momentos passados do mundo constitui a representação de uma regressão empírica possível, mas concebida como *indeterminada*. Para formar um conceito de grandeza do mundo é necessário conhecer a grandeza da regressão empírica, mas, desta há apenas a regra que determina que devemos ascender empiricamente sempre a um termo mais elevado na série das condições. Nesta medida, não é possível determinar a grandeza da totalidade dos fenômenos, como não podemos determinar a grandeza da série completa dessa regressão e, portanto, não nos é possível afirmar que a regressão se dá até o infinito ou mesmo que ela se prolonga indefinidamente. Ora, resta-nos, segundo a letra kantiana, somente a regra que determina a regressão empírica para encontrar o conceito de sua grandeza:

Não posso, portanto, dizer que o mundo é *infinito* quanto ao tempo passado ou quanto ao espaço. Porque um tal conceito de grandeza, como conceito de uma infinitude dada, é empiricamente impossível; logo, completamente impossível em relação ao mundo dos objetos dos sentidos. Não direi também que a regressão de uma percepção dada a tudo o que a limite numa série, tanto no espaço como no tempo passado, alcança o *infinito*. Porque isto pressupõe a infinitude da grandeza do mundo; e também não direi que é *finita*; porque o limite absoluto também é empiricamente impossível. Por conseguinte nada poderei dizer do objeto total da experiência (do mundo sensível), mas tão-só da regra, segundo a qual a experiência deverá realizar-se e prosseguir de acordo com seu objeto. (KANT, 1997: *Crítica da razão pura*; A520/B548, p.455)

A primeira resposta da antinomia em questão é deste modo alcançada, a saber, o mundo não tem um começo no tempo e nem um limite no espaço. Mas é evidente que esta resposta tem validade apenas dentro do idealismo transcendental, ou melhor, é necessário admitir os pressupostos do sistema crítico kantiano para considerá-la pertinente. O mundo não tem um começo no tempo, porque do modo oposto, teria de ser limitado por um tempo vazio, e também não tem um limite no espaço porque teria de ser limitado por um espaço vazio. E a distinção entre o fenômeno e a coisas em si indica que do primeiro se deve poder ter uma representação, logo haveríamos de perceber a limitação do tempo e do espaço empiricamente, mas não seria possível uma experiência de um tempo e um espaço absolutamente vazios, isto é, uma experiência sem conteúdo. Portanto, o mundo considerado como fenômeno não pode ter um limite absoluto. Da primeira resposta é consequência a regressão na série dos fenômenos do mundo se prolongar *In indefinitum*, pois o mundo considerado empiricamente não tem grandeza absoluta determinável.

Mas como pelo idealismo transcendental o tempo e o espaço são as formas puras da intuição humana, e não são objetos em si, as suas representações são subjetivas, e quando determinadas objetivamente dizem respeito ao mundo sensível. Então, tudo o que se pode falar que tem um começo no tempo e o que é extenso e tem um limite no espaço tem referência ao mundo dos sentidos, porquanto apenas condicionalmente estão os fenômenos limitados no mundo, mas o “próprio mundo não é limitado, nem condicional nem incondicionalmente”. (A552/B550).

5.4. A primeira antinomia e o Idealismo transcendental

A primeira antinomia é descrita por Kant como uma prova indireta do idealismo transcendental e suas relações com o sistema crítico são fundamentais para a filosofia kantiana. Uma análise mais detalhada sobre o primeiro conflito cosmológico das idéias transcendentais é de grande importância para compreensão da origem do idealismo transcendental e para a verificação de sua coerência dentro da filosofia crítica. Neste sentido, Paul Guyer nos adverte sobre uma importante questão acerca do papel das antinomias dentro da *Crítica da razão pura* e que não deve fugir ao cuidado do leitor mais cauteloso. O problema para o qual Guyer chama a nossa atenção é que Kant, no início da “Antinomia”, parece indicar apenas que da possibilidade da razão conceber a idéia de um incondicionado não deriva necessariamente que esse incondicionado possa ser representado sensivelmente. No entanto, em momentos diferentes na *Crítica*, Kant estende as conseqüências de sua afirmação e considera que as antinomias, especialmente as matemáticas, são evidências da impossibilidade de representações deste tipo, isto é, referentes ao incondicionado, existirem fora da mente do homem.

O que o leva Guyer a esta interpretação é o contraste entre os argumentos desenvolvidos por Kant ao longo da “Antinomia da razão pura”. Em alguns trechos⁹ podemos verificar claramente que a alegação sobre a impossibilidade do entendimento representar o incondicionado deve ser entendida apenas como uma advertência a respeito do limites de seus poderes, isto é, como uma recomendação para uma necessária modéstia epistemológica. Seguindo a interpretação de Guyer, não haveria uma conseqüência ontológica da proposição que afirma a impossibilidade de se representar o incondicionado. Em outras palavras, simplesmente não seríamos permitidos assumir que da possibilidade da razão conceber uma idéia do incondicionado, que este incondicionado pudesse ser confirmado na experiência.

9 A416-7/B444; A4470/B498; A484/B512; A515-16/B542-4.

A dificuldade surge quando Kant parece não se contentar apenas com o resultado alcançado¹⁰, mas pretende extrair de seu argumento uma comprovação indireta da necessidade do idealismo transcendental. Pois, no idealismo kantiano espaço e tempo e todos os fenômenos não seriam coisas nelas mesmas e sim representações que não poderiam existir fora de nossa mente. O problema é como seria possível passar da premissa sobre a impossibilidade de decidir qualquer coisa a respeito da finitude ou infinitude do mundo para a segunda premissa, de acordo com a qual ambas as afirmações seriam necessariamente falsas. O ponto de vista de Guyer é que somente seria uma decorrência da antinomia a falsidade das duas proposições, e conseqüentemente uma prova indireta do idealismo transcendental, se ambas fossem tratadas como opostos dialéticos¹¹, e para isso temos de pressupor que o mundo tem alguma grandeza (*magnitude*), mas da simples impossibilidade de decidir se o mundo é finito ou infinito não poderíamos extrair a certeza de que ele não é nenhum dos dois:

De fato, Kant não é bem sucedido em argumentar da ‘indecidibilidade’ para a falsidade das proposições opostas sobre a extensão ou divisibilidade do mundo. Os argumentos opostos de Kant não provam diretamente, afinal, a falsidade das conclusões antitéticas; eles permanecem apenas argumentos epistemológicos que, no máximo, provam a ‘indecidibilidade’ das proposições opostas. Isto pode implicar a falsidade das afirmações antitéticas somente com o pressuposto adicional de que a ‘indecidibilidade’ de uma proposição implica a sua falsidade. Mas, ou Kant apenas assume este forte princípio abertamente, ou então ele chega até ele por um caminho que é ainda pior. Este pressuposto adicional poderia ser derivado de qualquer uma das duas maneiras. Primeiro, Kant, ele mesmo, talvez cometa precisamente o erro que ele nos alertara contra – isto é, ele supõe que as idéias da razão necessariamente caracterizam coisas nelas mesmas, mas também que estas idéias podem ser representadas no pensamento, o que é tratar as coisas nelas mesmas como número em

10 O que pode ser depreendido das seguintes passagens: A492/B52; A484/B512; A506-7/B534-5; A503-4/B531-2.

11 Sobre a oposição dialética: “Quando digo, pois: o mundo, quanto ao espaço, é infinito ou não é infinito (non est infinitus), se a primeira proposição é falsa, deve ser verdadeiro o seu oposto contraditório, a saber, o mundo não é infinito. Deste modo só suprimiria um mundo infinito, mas poria outro, ou seja, o finito. Porém, se disser que o mundo é ou finito ou infinito (não finito) poderiam ambas ser falsas. Com efeito, vejo então o mundo determinado em si próprio, quanto à grandeza, porque na proposição oposta não só suprimo simplesmente a infinitude e, conjuntamente, talvez toda a sua existência própria, mas também acrescento uma determinação ao mundo como a uma coisa real em si mesma, o que pode ser igualmente falso, se na verdade o mundo não devesse de modo algum ser dado enquanto coisa em si e, por conseguinte, nem como infinito nem como finito quanto à grandeza. Permita-se-me que dê o nome de oposição dialética a esta oposição e o de oposição analítica à que consiste na contradição. Assim, dos juízos, dialeticamente opostos entre si, podem ser ambos falsos porque não só se contradizem, mas um deles diz mais do que necessário para a contradição”. (KANT, 1997: *Crítica da razão pura*, A504/B532; p.445).

sentido positivo, objetos de conhecimento somente pelas idéias da razão. Ou Kant toma como certa a questão a investigar – isto é, ele já identifica objetos no espaço e no tempo com representações, das quais derivaria de fato que não haja nada de verdadeiro deles que não seja representável, ou que não possa ser decidido, e o que quer que não possa se decidido sobre eles não pode ser verdadeiro para eles. (GUYER, 1987: *Kant and the claims of knowledge*, p.406).

Para defender sua interpretação, Guyer procura mostrar que as antinomias matemáticas têm, como base de suas provas a respeito das conseqüências da dialética transcendental, apenas considerações de caráter epistemológico. Por esta análise, a falsidade de ambas as proposições dialéticas só poderia ser garantida somente se as coisas em si mesmas fossem necessariamente entendidas como possíveis de serem *conhecidas*, ou, de outro modo, se objetos a que estão referidas as proposições fossem antes já reduzidos a meras representações e assim também pudessem ser *conhecidos*.

As antinomias matemáticas são fundamentais para o exame da coerência da argumentação kantiana nesta seção da *Crítica*, uma vez que o próprio Kant as considera como provas indiretas do idealismo transcendental. Neste sentido, sobre os argumentos que defendem a tese e sobre os que defendem contrariamente a antítese, Guyer afirma:

É obvio que estes argumentos dependem de conclusões puramente epistemológicas, isto é, do argumento de que é impossível representar ou, por meio do pensamento, confirmar a existência do tempo passado infinito ou espaço infinito. Mas, isto acarretaria que o espaço e tempo não poderiam ser infinitos, somente se já estivesse diretamente pressuposto que apenas o que pode ser decidido ou confirmado pode sê-lo possivelmente, ou, se uma das pressuposições subjacentes, da qual esta máxima epistemológica se seguiria, fosse aceita: que o que é verdadeiro de coisas que realmente existem tem de poder ser conhecido, ou então que espaço e tempo são apenas representações, de modo que, é claro, só o que é representável pode ser verdadeiro sobre eles. Mas, pressupor o primeiro desses [argumentos] seria precisamente pressupor que as coisas nelas mesmas têm de poder ser conhecidas ou pela razão ou (ainda pior) pelo pensamento, o mesmo engano contra o qual Kant nos alertara desde a *Dissertação inaugural*, e pressupor o segundo, seria precisamente pressupor o que supostamente deviria seguir da prova indireta do idealismo transcendental. (GUYER, 1987: *Kant and the claims of knowledge*, p.407).

Em relação à proposição que defende a infinitude do tempo ainda é possível notar uma forte influencia da filosofia leibniziana e de seus pressupostos. O

argumento empregado por Kant na antítese, segundo o qual nenhuma coisa poderia surgir em um tempo vazio, pois, nenhuma parte de tal tempo possui, quando comparada com qualquer outra, uma condição que pudesse distinguir a existência da não existência (A427/B455), de acordo com Guyer, tem como fundamento o princípio da razão suficiente de Leibniz. Isto porque, a argumentação kantiana reproduziria em seus próprios termos, na antítese, a defesa leibniziana da falta de razão suficiente para Deus produzir um começo do mundo em um momento qualquer no tempo absoluto, uma vez que haveria uma identidade qualitativa entre todos os instantes no tempo absoluto. Em outras palavras, Deus não encontraria uma razão suficiente para escolher um momento aleatório em que fosse justificado dar origem ao mundo. Ora, Kant não poderia simplesmente retomar o princípio leibniziano para alcançar uma prova indireta do idealismo transcendental, mas antes, teria de fornecer um argumento válido que sustentasse uma proposição cuja confirmação ou negação não pudesse ser decidida. E ainda, é imprescindível questionar, como apontado por Guyer (Guyer, 1987: p.408), qual o status do princípio da razão suficiente na filosofia kantiana? Se Kant aceitasse o princípio da razão suficiente como um princípio ontológico então toda a construção da “Analítica transcendental” viria por terra, posto que a teoria transcendental da experiência o tem como um princípio simplesmente epistemológico, a saber, que para “todo conseqüente há um antecedente suficientemente determinante”¹². Um princípio epistemológico, neste sentido, deve apenas determinar a posição temporal da ocorrência de um evento qualquer:

Mas isto significa que a necessidade epistemológica do princípio da razão suficiente, esquematizado como o princípio da causação universal, exclui apenas a possibilidade do conhecimento ou representação de um primeiro momento do tempo. E disto se segue que um primeiro momento do tempo não pode ser real somente se for suposto que, ou, o que for real para as coisas em si deve também poder ser conhecido, de modo que se o tempo realmente começou haveria necessariamente de se poder conhecer que ele o fez, ou então, se já estivesse pressuposto que o tempo é apenas uma característica de representações, então ‘poder-ser-conhecido’ e verdade coincidem novamente. (GUYER, 1987: *Kant and the claims of knowledge*, p. 408).

A causalidade e dependência vista como segunda categoria da relação é derivada dos juízos puros de relação, mais especificamente do que diz respeito à

12 Cf. Guyer, 1987: p.408.

relação lógica entre a razão e a consequência. A causalidade, que permite a conexão e unidade necessária à experiência, não pode ser derivada empiricamente, isto é, ela é pensada *a priori*, mas não pode ser diretamente aplicada às intuições, tem de ser esquematizada pelo entendimento. A causalidade depois de esquematizada, quer dizer, adaptada às intuições “consiste, pois, na sucessão do diverso, na medida em que está submetida à uma regra”(A 144/B183). Na “Analítica dos princípios” a causalidade dá origem à segunda analogia da experiência, pela qual toda experiência deve obedecer à lei de sucessão segundo a relação de causa e efeito. Portanto, tomar o princípio da causalidade universal como um princípio ontológico invalidaria as críticas do idealismo transcendental contra Leibniz e Hume.

Quanto ao segundo argumento da antítese, Guyer identifica um problema mais grave. Para amparar a posição a respeito da necessária infinitude do espaço Kant recorre ao idealismo transcendental, haja vista, para defender a suposição de que a relação do mundo com o espaço vazio não seria uma relação a um objeto, e assim o mundo seria limitado por um nada, portanto não poderia ser limitado, Kant escreve: “o espaço é somente a forma da intuição externa, não um objeto real que possa ser intuído exteriormente, e não é um correlato dos fenômenos, mas a própria forma dos fenômenos”. (A431/B459). Guyer interpreta este trecho como a indicação de que Kant partiria da pressuposição do espaço ser apenas a forma da intuição para concluir que o espaço vazio enquanto limite para o mundo não poderia ser percebido, e, conseqüentemente, que a relação entre o mundo e algo que não pode ser percebido não é relação:

É do pressuposto anterior do idealismo transcendental, em outras palavras, que até mesmo o argumento do espaço vazio não poder ser percebido é derivado, e desta mesma pressuposição que é também concluído que o espaço vazio não poderia existir. A falsidade da tese da antinomia é qualquer coisa menos independente do idealismo transcendental o qual em última análise deveria provar. (GUYER, 1987: *Kant and the claims of knowledge*, p.409).

Kant de fato recorre ao idealismo transcendental na antítese da primeira antinomia, contudo, a parte a que Guyer se refere está na observação e não na prova do argumento sobre a infinitude do espaço. Na referida passagem¹³ Kant

13 A431/B459

revela estar mais próximo, em certos aspectos, da escola de Leibniz o que talvez indique que o verdadeiro ponto a ser investigado não é tanto a questão proposta por Guyer, mas sim se a antítese já não alcançaria o resultado que Kant pretende que seja somente possível pelo idealismo transcendental, ou mesmo, seria então a primeira antinomia uma ilusão inevitável? Ou ainda, e o que nos interessa mais, seria o idealismo transcendental a chave para a solução do conflito das idéias cosmológicas, e, portanto, um argumento fundamental para a separação kantiana entre matéria e forma e entre mundo sensível e mundo inteligível?